



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 EM REAIS (R\$)



BALANÇO PATRIMONIAL			
	NOTA	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		6.394.781	6.741.226
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.464.020	5.900.905
Contas a receber	5	55.096	55.096
Estoques	6	683.475	755.300
Adiantamento a funcionários		50.687	932
Outros créditos		138.044	28.993
Despesas antecipadas		3.459	-
NÃO CIRCULANTE		2.922.256	2.953.466
Contas a receber	5	2.236.311	2.236.311
Depósitos judiciais	13	580.812	580.812
Imobilizado líquido	7a	105.133	136.343
Intangível líquido	7b	-	-
TOTAL DO ATIVO PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	2021	2020
		4.222.141	3.964.147
Fornecedores	9	1.884.108	1.600.922
Obrigações trabalhistas	10	1.853.306	1.791.212
Obrigações sociais	11	293.674	260.175
Obrigações fiscais		71.230	170.139
Outras contas a pagar		-	138
Partes relacionadas	8	119.823	141.561
NÃO CIRCULANTE		1.390.198	1.390.198
Partes relacionadas	8	1.215.000	1.215.000
Provisão para contingências	13	175.198	175.198
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.704.698	4.340.347
Patrimônio social	14	4.184.832	2.989.153
(Déficit) / Superávit acumulado		(480.134)	1.351.194
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.317.037	9.694.692

DEMONSTRAÇÃO DOS (DÉFICIT) / SUPERÁVIT			
	NOTA	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		33.778.753	33.778.753
Serviços prest. pacientes SUS		33.778.753	33.778.753
CUSTOS		(28.848.771)	(27.205.223)
Pessoal e encargos		(9.444.001)	(8.923.153)
Serviços de terceiros		(13.622.826)	(13.638.045)
Materiais e medicamentos		(5.781.945)	(4.644.025)
DESPESAS		(5.549.570)	(5.267.607)
Pessoal e encargos		(2.361.000)	(2.230.788)
Desp. gerais e administrativas	15	(3.201.985)	(2.947.961)
Depreciação/amortização		(33.275)	(47.116)
Impostos, taxas e contribuições		(18.712)	(7.412)
Outras receitas e despesas operac.		65.401	(34.330)
FINANÇEIRAS LÍQUIDAS		139.455	45.271
Despesas financeiras		(60.101)	(23.332)
Receitas financeiras		199.556	68.603
(DÉFICIT)/SUPER. DO EXERC.		(480.134)	1.351.194

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Em 31/12/2019	(1.074.225)	2.688.204	1.613.979
Incorp. ao Patrim. Social	2.688.204	(2.688.204)	-
Transferências	1.375.174	-	1.375.174
Superávit do exercício	-	1.351.194	1.351.194
Em 31/12/2020	2.989.153	1.351.194	4.340.347
Incorp. ao Patrim. Social	1.351.194	(1.351.194)	-
Aj. patrimoniais (nota 14)	(155.515)	-	(155.515)
(Déficit) do exercício	-	(480.134)	(480.134)
Em 31/12/2021	4.184.832	(480.134)	3.704.698

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉT. INDIRETO			
	NOTA	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			(Déficit) / Superávit do exercício
		(480.134)	1.351.194
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação/amortizações		33.274	47.116
(Déficit) / Superávit ajustado		(446.860)	1.398.310
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		33.777	1.809.887
(Aumento)/Red. de outros créditos		(158.806)	2.083.619
Redução / (Aumento) de estoques		71.825	(238.289)
(Aumento) / Redução de despesas antecipadas		(3.459)	3.410
Aumento / (Redução) de fornecedores		283.186	(153.606)
Aumento de obrigações trabalhistas		62.094	81.199
Aumento de obrigações sociais		33.499	2.684
(Redução)/Aumento de obrig. trib.		(98.909)	31.215
(Redução) de outras obrigações		(138)	(345)
Ajustes patrimoniais		(155.515)	-
Caixa líquido (utilizado) / proveniente das atividades operacionais		(413.083)	3.208.197
Atividades de investimentos		(2.064)	-
Aquisição de imobilizado		(2.064)	-
Aquisição de bens do intangível		-	-
Atividades de financiamentos		(21.738)	(701.660)
Transações com partes relacionadas		(21.738)	(701.660)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(436.885)	2.506.537
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			Saldo existente no início do período
		5.900.905	3.394.368
		5.464.020	5.900.905
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(436.885)	2.506.537

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Ambito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade

requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminuiu, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. IMPACTOS DO COVID-19 NAS OPERAÇÕES:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; (ii) manutenção da estrutura de home office para parte de seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades governamentais. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	2021	2020	
Caixa	1.000	1.000	
Banco conta movimento	93.333	198.280	
Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625	
	5.464.020	5.900.905	

>>> continua >>>